Building the way

A FORMAÇÃO DAS PERIFERIAS NOS EIXOS LESTE E OESTE DA GO-230 EM ITAPURANGA (GO): ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DA SEGREGAÇÃO URBANA

THE TRAINING OF THE EASTERN AND WEST EASTERN GO-230 AIMS IN ITAPURANGA (GO): ANALYSIS OF PUBLIC POLICIES AND URBAN SEGREGATION

Daniel Mendonça Rezende[1]
Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG)
daniel.m.rezende96@gmail.com

Luana Nunes Martins de Lima[2]
Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília e docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás
prof.luanunes@gmail.com

RESUMO: Por meio deste artigo, analisamos a formação das periferias nos eixos leste e oeste da GO-230 no município de Itapuranga (GO), evidenciando o papel do poder público na condução de políticas e na implantação de infraestruturas que valorizam ou marginalizam essas áreas. Verificamos a pertinência de um novo modelo de segregação urbana em pequenas cidades, que altera o padrão centro rico *versus* periferia pobre e, por fim, constatamos alguns impactos sociais advindos do acelerado processo de expansão urbana na área oeste da GO-230 de Itapuranga, como resultado do Programa Minha Casa Minha Vida.

Palavras-chave: Itapuranga. Periferia. Políticas públicas. Segregação urbana.

Abstract: Through this article, we analyze the formation of the peripheries in the east and west axes of the GO-230 in the city of Itapuranga (GO), evidencing the role of public power in the conduct of policies and in the implantation of infrastructures that value or marginalize these areas. We verified the pertinence of a new model of urban segregation in small cities that changes the center rich versus poor periphery pattern and, finally, we see some social impacts arising from the accelerated process of urban expansion in the western area of the GO-230 of Itapuranga, as result of the Minha Casa Minha Vida program.

Keywords: Itapuranga. Periphery. Public policy. Urban segregation.

[1] Graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Email: daniel.m.rezende96@gmail.com
[2] Doutora em Geografia pela Universidade de Brasília e docente do curso de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. Email: prof.luanunes@gmail.com

Introdução

Itapuranga é um município localizado no interior do estado de Goiás, situado na região Centro-Oeste do país, na mesorregião do Centro Goiano, pertencente a microrregião de Ceres, no entorno do Vale do São Patrício, com uma área aproximada de 1.277 km². Dados do último censo apontam uma população de 26.125 habitantes, com uma densidade demográfica de 20,47 (hab/km2). Para o ano de 2016 estima-se uma população próxima de 28.612 (IBGE, 2010).

Itapuranga já apresenta modificações na configuração espacial urbana que altera o padrão centro rico *versus* periferia pobre, característico das pequenas cidade, para um novo modelo de segregação, mais perceptível nas grandes cidades, sobretudo na forma de condomínios fechados.

A rodovia GO-230 perpassa a cidade nos eixos leste e oeste, fazendo a ligação do município com diversas outras cidades, distritos e inclusive a capital Goiânia (em sentido leste). Às margens dessa rodovia o processo de expansão da malha urbana ocorre de forma acelerada. Diversos bairros se formaram ao longo das duas últimas décadas, conforme apresenta o mapa da figura 01, e muitas áreas nas periferias destes dois eixos já estão loteadas, evidenciando um processo contínuo de fragmentação e segregação urbana.

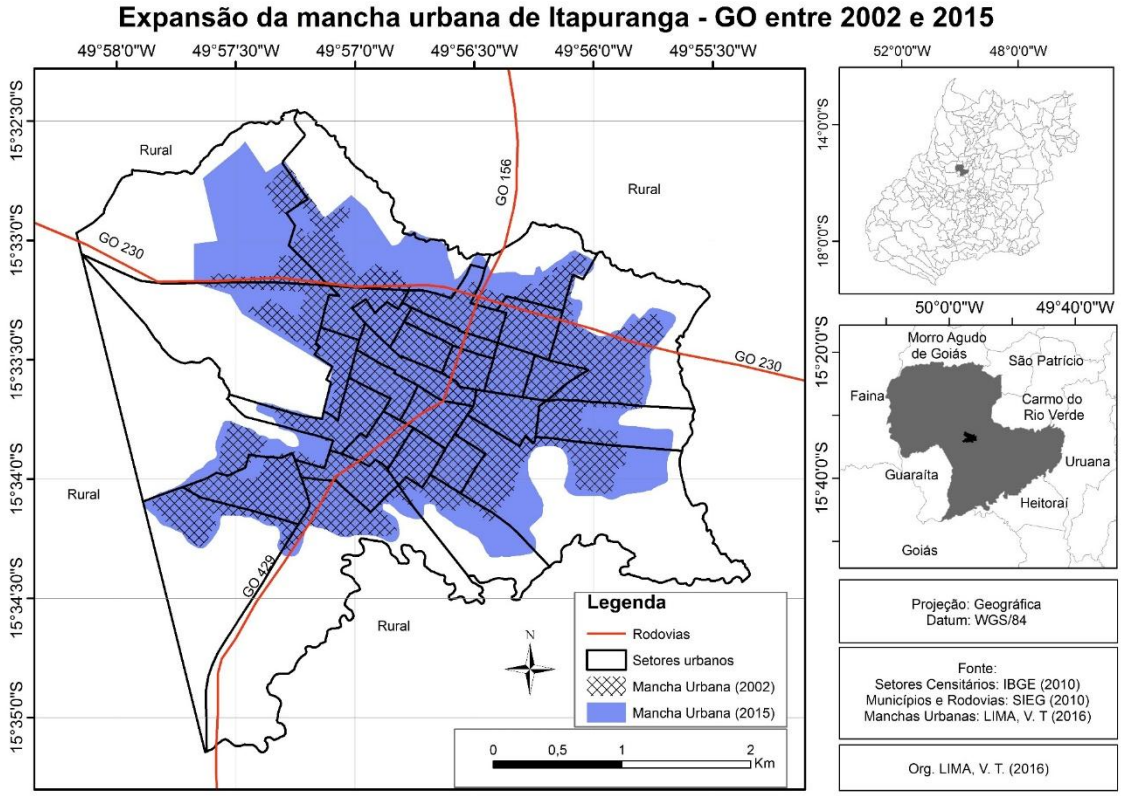

Figura 01: Mapa da expansão da mancha urbana de Itapuranga-GO entre 2002 e 2015. Organização: Venuza Tavares de Lima, 2016.

Os bairros e loteamentos das áreas leste e oeste possuem características muitos diferentes entre si, que vão desde ruas pavimentadas e não pavimentadas, existência ou não de meio fio e calçadas, diferença na qualidade das ofertas de serviços como: coleta de lixo e entulhos, água encanada e rede de esgoto, energia e iluminação, limpeza de lotes e áreas públicas. As disparidades chegam aos padrões das residências, sendo que as construções de alto padrão se localizam na área leste da GO-230, e as com um padrão inferior na área oeste.

Como consequência, as áreas a leste da GO-230 se tornam mais valorizadas e a população que reside nessas localidades usufruem de uma maior e melhor oferta de serviços. Enquanto em as áreas a oeste da GO- 230 ocorre um processo de desvalorização decorrente da oferta precária de serviços e equipamentos urbanos. Os bairros dessa porção chegam a ser conhecidos, de modo popular e pejorativamente, como "casinhas", em referência aos conjuntos habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida, que recebem esta área como destino.

Esse quadro se encaixa no que Rodrigues (2001) denomina como “periferia rica” e “periferia pobre”, uma vez que a expansão urbana para as áreas ditas periféricas, gera tanto uma segregação da pobreza, quanto da riqueza. Tanto os bairros e loteamentos a leste quanto a oeste se encontram às margens da cidade, com distâncias não muito diferentes do centro. As áreas com maior valorização fundiária e melhor implantação de infraestrutura urbana se encontram ainda mais distantes do centro da cidade.

Neste artigo analisamos o papel do poder público na condução de políticas públicas e implantação de infraestruturas que valorizam ou marginalizam essas determinadas áreas, bem como alguns impactos sociais advindos do acelerado processo de expansão urbana na área oeste da GO-230 de Itapuranga, como resultado do Programa Minha Casa Minha Vida.

A prefeitura na condução de políticas públicas de infraestruturas e equipamentos urbanos: política ou politicagem?

O processo de segregação é fortalecido por instituições, forças e mecanismos, mesmo que de forma mascarada. Segundo Ferreira (2005) o Estado é um dos grandes agentes segregadores, pois agindo através da produção de obras urbanizadoras, e também por meio de instrumentos tributários e reguladores do uso e ocupação do solo, reproduz e fortalece a segregação socioespacial. De forma geral, “o Estado define o salário mínimo, insuficiente para a reprodução da força de trabalho, estabelece as normas de propriedade da terra, regulamenta o uso do solo e as formas de intervenção no urbano” (RODRIGUES, 2007, p. 79). De forma específica, o Estado viabiliza a execução de áreas que não possuem outra função além da habitação de alta renda, estabelece áreas distintas destinadas às habitações populares, ou permite o avanço de assentamentos em áreas de risco.

Se tratando da realidade do município de Itapuranga, uma grande parcela da classe de baixa renda ocupou locais inapropriados, como consta no próprio Plano Diretor da cidade, referindo-se à Região Um, que integra o bairro Vila União.

> Essa região se formou a partir da consolidação da GO-230, na década de 1990, principal via de acesso à cidade; predomina o uso habitacional; ocorrência de invasões por particulares de áreas à margem da Rodovia; considerado imprópria para moradia em função do alto grau de risco que se apresenta, com edificações permanentes de padrão médio baixo ou pior padrão. (ITAPURANGA, 2007, p.115).

Segundo Marcuse (2004), nenhum padrão urbanístico poderia ser adotado sem a participação do Estado, seja ele possuidor de caráter segregador ou não. Isto se dá através das leis que garantem o direito à propriedade privada, além da implantação de todo o pacote de infraestrutura mínima, como estradas, ruas, asfaltamento, iluminação pública, cobrança de impostos, entre outros. Desta forma, "no âmbito dos poderes mais abrangentes do Estado a permissão ou a proibição da segregação. Assim, se em qualquer sociedade houver segregação ela ocorrerá com a sanção tácita, quando não explicita, por parte do Estado" (MARCUSE, 2004, p. 30).

O papel do Estado, sua articulação e sua relação, de subordinação com a classe dominante é estudado também por Villaça (1997), que destaca duas esferas de controle da produção e consumo do espaço urbano por esta classe:

1) Esfera Econômica: através do controle do mercado imobiliário, que atende os desejos de localização espacial da classe dominante;

2) Esfera Política: ocorre pelo controle do Estado, que se manifesta de quatro maneiras:

• Controle sobre a localização da infraestrutura urbana;

• Controle da localização dos aparelhos do Estado;

• Controle da legislação de uso e ocupação do solo urbano;

• Esfera Ideológica: através do desenvolvimento de ideias dominantes que visam auxiliar, em determinados momentos, a dominação da sociedade e aceitação por parte desta de seus ideais.

Desta forma, surge uma estrutura urbana de caráter dualizado entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, na qual as elites podem controlar a produção e o consumo do aparelho urbano, por meio de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário. As prefeituras municipais atuam em obras de infraestrutura, de embelezamento e de paisagismo urbano nas áreas centrais ou naquelas destinadas a classes sociais mais privilegiadas, desprezando e negligenciando as áreas onde se concentram a população de baixa renda e acentuando a exclusão social.

Em Itapuranga, as obras de infraestrutura urbana foram implantadas, majoritariamente, na periferia das áreas ao leste da GO-230, onde se concentra parte da população mais de alta renda e classe média, apesar de também sofrerem com o descaso por parte da prefeitura municipal. A periferia das áreas ao oeste ainda são, evidentemente, mais desprezadas e precarizadas, contando com um pacote muito inferior de serviços, e também no que se refere a políticas públicas, que podem levar anos para serem colocadas em práticas.

> Por outro lado, os investimentos em infraestrutura nas áreas periféricas (basicamente água encanada, luz elétrica, pavimentação asfáltica, sistema de drenagem, etc.) podem levar cinco, dez, quinze anos, dependendo da posição do bairro na estrutura urbana. Sendo assim, a periferização representa, não somente uma porção do espaço localizado na porção urbanorural da cidade, mas também "localizada" na periferia das políticas públicas (TESSARI; BRAGA, 2008, p. 216).

Nos dois eixos periféricos o cenário se repete: ruas com grandes quantidades de entulhos, lixo e buracos, precariedade na iluminação, ausência de sinalização de trânsito, pavimentação asfáltica, meio fio e sistema de drenagem, o que gera muita poeira nos meses de estiagem e lama no período das chuvas, motivo de transtorno para os moradores.

Figura 02: A Avenida Tocantins entre os Bairros Conde dos Arcos e Milton Camilo, ambos bairros nobres da cidade. Foto do autor, 2017.

Nos bairros do eixo oeste da GO-230 os problemas são inúmeros e em níveis muito maiores. As políticas públicas que, em princípio, deveriam solucionar uma problemática inicial acabam por agravar a situação, o que vai na direção oposta ao que se tem firmado no Plano Diretor da cidade, mais especificamente no Capítulo II (Dos Princípios, Objetivos e Diretrizes Gerais), Seção II (Dos Objetivos), artigo 6º, parágrafo V: "Distribuir de forma igualitária os custos e benefícios advindos da infraestrutura, equipamentos urbanos e serviços públicos, de forma a recuperar, para a coletividade, a valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos". A localização e a existência de serviços públicos e de infraestrutura, determinam o preço do solo urbano favorecendo, neste caso, apenas aos que são capazes de pagar preços mais altos pelo direito de morar.

> A não distribuição igualitária dos bens sociais, com destaque para a terra urbana, provoca consequências para a não efetivação da Política de Habitação Social, além disso, quando o acesso individual ou de pequenos grupos aos recursos que a cidade apreende tornam-se majoritários, ocasiona a não efetivação do direito à cidade, além de provocar consequências como a segregação socioespacial e a periferização de uma parte da população (SILVA; GOMES, 2016, p. 151).

A tabela abaixo sintetiza a condição dos bairros e loteamentos a leste e a oeste da GO-230. Os aspectos díspares entre as duas áreas periféricas nas ações da prefeitura municipal indicam que o processo de periferização se concentra nos bairros da área oeste.

Tabela 01: Comparação entre os bairros da área leste e da área oeste

Bairros da área leste	Bairros da área oeste
Arruamentos largos, asfalto e meio fio e bem iluminados	Arruamentos estreitos, parte em terra e sem meio fio e pouco iluminados
Áreas de lazer	Inexistente
Residências planejadas com alto padrão e com belas faixadas	Residências autoconstruídas precárias, sem grandes faixadas, casas populares
Serviços Urbanos diários, limpeza de ruas e coleta de lixo e entulhos	Serviços Urbanos precários, quando existentes, a coleta de lixo não ocorre em todos os setores ou ruas
Infraestrutura pública, esgoto, galerias pluviais	Praticamente inexistente
Maior facilidade de acesso aos serviços, órgãos públicos e privados	Dificuldade de locomoção e acesso aos serviços em órgãos públicos e privados
Inexistência de conjuntos habitacionais e casas populares	A localidade abriga três conjuntos habitacionais e diversas casas populares
Novos loteamentos de alto padrão e com boa infraestrutura	Novos loteamentos, irregulares, sem infraestrutura básica
Bairros e quadras melhor planejados, evitando o ‘amontoado’ de casas	Bairros e quadras mal planejados, com presença de diversos ‘amontoados’ de casas

Fonte: Trabalhos de campo, 2017.

O Plano Diretor da cidade foi elaborado em 2007. Nele consta que as ocupações nas margens da GO-230 (eixo oeste) se iniciaram de forma regular ou irregular a partir da década de 1970. E quando o plano foi elaborado em 2007, a grande maioria dos bairros daquelas áreas ainda não possuíam o básico de infraestrutura, como asfalto, drenagem de superfície, urbanização, área de lazer, praças, escolas, posto de saúde. Ainda hoje, mais de uma década após a elaboração do plano, é possível notar a precariedade da infraestrutura naquelas localidades. Há uma grande demora na execução das obras públicas, as quais levam anos para sair do papel.

Building the way

Figura 03: Rua do Residencial Milton Camilo de Farias, conhecido popularmente como "Setor das Mansões". Observa-se o alto padrão de imóveis construídos na área, o que eleva o preço da terra na área.
Figura 04: Rua do Residencial Jardim Imperial, onde a falta de infraestrutura é evidente, não existe pavimentação nas vias, não há meio fio, galerias pluviais, calçadas a iluminação do local é precária. Fotos do autor, 2017.

Os moradores dos bairros Conjunto Fraternidade, Vila União, Valéria Perillo, Setor Oeste, Conjunto Moradia, Jardim Imperial, Jardim das Oliveiras, Conjunto Dona Francisca, entre outros tantos que compõem a área a oeste da cidade, afirmam que a maior parte das obras públicas são realizadas praticamente no fim dos mandatos políticos. Em seguida, as obras são paralisadas nas novas gestões, demonstrando uma estratégica politicagem das alas políticas que só iniciam as obras com o intuito de conquistar o voto da população. Um exemplo disso é o Colégio Padrão Século XXI, localizado próximo ao Conjunto Valéria Perillo, previsto para ser inaugurado ao término do mandato do ex-prefeito Jabez Cardoso de Melo. O Colégio ainda não está em funcionamento, motivo de revolta da população daquelas localidades. Não é difícil ouvir depoimentos como o seguinte: "um começa não termina, outro entra não continua, então fica tudo assim, parado, e quem perde é somente nós" (Entrevista concedida em 17/09/2017, por um morador do Conjunto Habitacional Valéria Perillo).

As políticas públicas são um leque de ações desenvolvidas pelo Estado em parceria com os municípios, ou até mesmo com empresas privadas, cujo objetivo é sanar as necessidades da população, assegurando e garantindo a cidadania e a dignidade dos habitantes. Contudo, o que se nota nas gestões do município de Itapuranga, é que as políticas de infraestrutura urbana vão ao encontro dos interesses politiqueiros, em benefício de interesses pessoais de moradores de classe alta e políticos influentes. Um bom exemplo disso é a implantação da nova Avenida Tocantins, projetada para ser a "bela" entrada da cidade,

fazendo a ligação com a GO-156, que proporciona acesso a capital Goiânia. A avenida passará em meio aos bairros, setores e novos loteamentos nas áreas ao leste, e assim fará com que os preços dos terrenos nessas localidades se valorizarem ainda mais.

Figura 05: Vista do Colégio Padrão Século XXI ainda com as portas fechadas. Uma obra dessa grandiosidade inativa é motivo de indignação por parte da população.
Figura 06: Vista da futura entrada da cidade de Itapuranga, a Avenida Tocantins. Fotos do autor, 2017.

Por meio de diálogos, conversas com os moradores, pesquisas em documentos, como o plano diretor, e observações feitas em campo é que percebemos que as ações e propostas visando qualidade de vida para a população desses bairros mais carentes a oeste são muito bem elaboradas no "papel", nas promessas e nos discursos eleitoreiros, mas quando se trata da execução e da qualidade das mesmas, deixam muito a desejar.

O Programa Minha Casa Minha Vida e a expansão urbana na área oeste da GO-230

O direito à moradia no Brasil é como um componente primordial da própria dignidade do indivíduo. Toda família tem o direito à moradia firmado por lei, e ainda para famílias de baixa renda, o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e para a construção de habitação. Como especifica o Estatuto da Cidade em sua lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Logo, as políticas sociais promovidas pelo governo devem promover programas de construções de moradias e melhorias das condições habitacionais.

Todavia, o solo urbano é um produto, cujo valor de uso e valor de troca determinam disputas e interesses sociais, históricos e econômicos. A lógica habitacional que norteia a expansão urbana das cidades, por vezes, assegura as vontades de uma classe

privilegiada. Uma parcela da população, desejando a casa própria para sair do aluguel, sem ter como objetivo principal a valorização do imóvel, e a outra, a valorização de seu(s) imóvel(eis).

> Lembramos, ainda, que a ideologia da casa própria é o mito da ditadura militar para movimentar o setor industrial e incentivar a compra de casa própria evitando que se insurgissem contra essa ditadura. O mito de que a casa própria significava cooptar os trabalhadores para que não se voltassem contra o governo militar, fez com que as lutas no local de moradia fossem, durante muito tempo, consideradas reformistas já que implicavam na propriedade de uma casa que, para quem nela mora, tem valor de uso. O pagamento do aluguel implica em pagar a renda da mercadoria casa em parcelas mensais (RODRIGUES, 2007, p. 79).

Em Itapuranga se destacam alguns conjuntos habitacionais criados a partir do programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, tais como: o Residencial Valéria Perillo, inaugurado em 2001, e o Conjunto Habitacional Dona Francisca, inaugurado em 2012 com 60 moradias. Esse último é um dos mais precários em termos de infraestrutura; as ruas não dispõem de pavimentação, nem meio-fio, não existe galerias pluviais para o escoamento da água das chuvas, o que provoca verdadeiras erosões no meio das ruas. Os moradores destacam que a água chega a adentrar para os lotes, e o local também não conta com rede de esgoto.

Também destacamos o conjunto habitacional Maria Delcia de Jesus, que por motivos políticos, está em processo de "renomeação", podendo ser batizado como Conjunto Habitacional Margareth Soares. O mesmo também foi construído a partir do PMCMV, e sua inauguração aconteceu em novembro de 2016. O conjunto, como os outros, é fruto de parcerias firmadas entre Caixa Econômica, Prefeitura Municipal e o Governo do Estado, por meio da Agência Goiana de Habitação (AGEHAB), a qual foi encarregada e responsável pela construção de 204 moradias populares.

Figura 07: Rua da Conjunto Dona Francisca, desde 2001 sem pavimentação asfáltica, sem meio-fio, sem galerias pluviais e sem rede de esgoto. Os residentes do local relatam sofrer muito durante o período chuvoso.
Figura 08: Conjunto Maria Delcia, conhecido popular e pejorativamente como "as casinhas". Fotos do autor, 2017.

A situação do Conjunto Maria Delcia não é muito diferente da realidade dos outros conjuntos. O mesmo também enfrenta diversos problemas ligados a falta de infraestrutura, sobretudo com a ausência de rede de esgoto e pavimentação asfáltica. A população, no período da seca, sofre com a poeira, que acaba prejudicando a saúde de adultos e crianças que ali vivem, e no período chuvoso os residentes daquele local sofrem com a lama.

Figura 09: Vista aérea do Conjunto Habitacional Maria Delcia de Jesus. Fonte Google Earth, 2017.

O Programa Minha Casa Minha Vida tem como objetivo criar acesso a moradia para as classes de baixo rendimento econômico, e tem obtido bons resultados no que se refere a isso. Milhares de casas foram construídas e distribuídas em âmbito regional, proporcionando o acesso a casa própria, retirando milhares de famílias do aluguel. Entretanto, o programa também reproduz uma rápida expansão do tecido urbano, modificando abruptamente a

paisagem e intensificando diversos processos, como o de desigualdades socioespaciais, especialmente no que se refere ao acesso a serviços e infraestrutura públicas.

> Os conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, "destinados à chamada população de baixa renda", foram construídos em descontinuidade com o tecido urbano, em áreas sem infraestrutura e equipamentos de consumo coletivo. A organização dos moradores possibilitou a implantação de serviços urbanos necessários à reprodução da vida. Contraditoriamente, assim, os conjuntos construídos para trabalhadores, num mercado específico e financiados com recursos públicos, acentuam a desigualdade social e espacial (RODRIGUES, 2007, p. 77).

De acordo com a análise de Lucena e Maia (2013) sobre o Plano Nacional de Habitação – PlanHab, o PMCMV tem estimulado diversos processos, dentre os quais se destaca a expansão acelerada das cidades. Este processo, por sua vez, tem implicações não só na intensificação dos problemas relacionados ao acesso à infraestrutura e serviços urbanos, por parte da população que reside nesses conjuntos habitacionais, como também grande influência sobre as estratégias de reprodução e acumulação dos capitais investidos no mercado imobiliário, transformando principalmente a paisagem das áreas onde são implantados e até mesmo o seu entorno.

Cardoso (2013), por sua vez, faz uma análise sobre o papel do Estado, resumindo as críticas ao PMCMV em oito pontos:

> (i) a falta de articulação do programa com a política urbana; (ii) a ausência de instrumentos para enfrentar a questão fundiária; (iii) os problemas de localização dos novos empreendimentos; (iv) excessivo privilégio concedido ao setor privado; (v) a grande escala dos empreendimentos; (vi) a baixa qualidade arquitetônica e construtiva dos empreendimentos; (vii) a descontinuidade do programa em relação ao SNHIS[3] e a perda do controle social sobre a sua implementação; (viii) as desigualdades na distribuição dos recursos como fruto do modelo institucional adotado (CARDOSO, 2013, p. 44).

Observando a paisagem e analisando a produção habitacional aliada às localizações dos conjuntos habitacionais de caráter popular é possível notar a criação e a intensificação das condições em que se dão o processo de expansão das áreas periféricas pobres na cidade de Itapuranga, agravando as desigualdades socioespaciais.

As políticas de habitação foram e são desenvolvidas de forma que não venham prejudicar as camadas mais altas da sociedade e o poder de algumas elites locais. As privilegiadas localizações são resguardadas aos empreendimentos de alto padrão, enquanto

[3] Sistema Nacional de Habitação Social de Interesse Social.

terrenos localizados nas áreas mais desprovidas de infraestrutura, serviços, comércio e lazer, são destinados aos empreendimentos que atendem a população de menor rendimento (FERREIRA, 2005). Mesmo nos bairros mais antigos da área oeste, que já constam no Plano Diretor de 2007 e já tiveram seus problemas e prioridades levantados, pouca ou nenhuma infraestrutura prevista foi implementada nestes últimos dez anos, gerando um processo de constante desvalorização local.

Nesse movimento acelerado de valorização *versus* desvalorização do espaço urbano, em que atuam proprietários fundiários, incorporadoras e construtoras e até mesmo o Estado, produzem-se cidades cada vez mais espraiadas (SANTOS, 1993) e fragmentadas, onde se formam a "periferia pobre" e a "periferia rica", como infere Rodrigues (2001), marcando o fim de um modelo de segregação urbana "centro-periferia.

Considerações finais

A expansão urbana para as áreas ditas periféricas gera segregação e fragmentação que, num processo histórico, continua dividindo a riqueza da pobreza. Para efeito de observação empírica, tanto os bairros e loteamentos ao leste quanto ao oeste da GO-230 da área urbana de Itapuranga se encontram nas margens extremas da cidade, com distâncias não muito diferentes do centro. No entanto, a dinâmica atual nos leva a inferir que existem instituições, forças e mecanismos que fortalecem o processo de segregação, condicionando a formação de duas periferias com grande homogeneidade dentro de suas áreas e forte heterogeneidade em relação uma a outra.

O governo, como principal agente desse processo influencia a segregação, beneficiando com obras de infraestrutura, embelezamento e paisagismo urbano as áreas destinadas as classes sociais mais privilegiadas, enquanto negligencia as áreas onde se concentra a população de baixa renda.

Outro aspecto notado no espaço urbano de Itapuranga é o fato de que o acesso à terra urbana não é garantida de forma igualitária para toda a população. Foi possível associar a implantação de conjuntos habitacionais da área oeste da GO-230 com a intensificação das condições em que se dá o processo de expansão das áreas periféricas pobres na cidade. Tais conjuntos habitacionais, edificados e financiados pelo Estado, em parceria com a Prefeitura Municipal e outros órgãos públicos, destinados à chamada população de baixa renda, foram

construídos em descontinuidade com o tecido urbano. Consequentemente, em áreas sem infraestrutura adequada, sem equipamentos de consumo coletivo, alimentando a separação e o isolamento das classes baixas.

Residir em um bairro periférico de baixa renda significa, na atualidade, ter oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, cultural e de lazer, e possibilidades menores de melhorar social ou economicamente. Os moradores estão sujeitos a perpetuar o ciclo vicioso da pobreza, miséria, violência e exclusão, aliada à negligência de um Estado capaz de suprir todas as necessidades dessa população, mas que acaba sendo um agente produtor/influenciador da segregação.

REFERÊNCIAS

CARDOSO. Adauto Lúcio. **O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

FERREIRA, João S. Whiaker. A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil. In: Simpósio: Interfaces das apresentações urbanas em tempos de globalização, 2005, Bauru. **Anais...** Bauru: UNESP, 2005. Disponível em: < http://www.fau.usp.br/docentes/depprojeto/j_whitaker/artigos.html> Acesso em: 28 set. 2017.

IBGE. **Instituto brasileiro de Geografia e Estatística.** Cidades. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/>. Acesso em julho de 2014.

ITAPURANGA. **Plano Diretor e o Processo de Planejamento do Município de Itapuranga** *(Lei nº 1.680/2007)*. Itapuranga: Câmara Municipal, 2007.

LUCENA, Wilma Guedes de; MAIA Doralice Sátyro. **Habitação e expansão urbana:** análise do programa minha casa minha vida nas cidades de Campina Grande e Caruaru. Presidente Prudente, 2013.

MARCUSE, Peter. **Enclaves, sim; guetos, não:** a segregação e o estado. *Espaço e Debates*, São Paulo, v. 24, n. 45, jan./jul. 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. ***Moradia nas cidades brasileiras***. Série Repensando a Geografia. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Desigualdades socioespaciais**: a luta pelo direito à cidade. *Cidades*. São Paulo, v. 4, n. 6, 2007.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: HUCITEC, 1993.

SILVA, Adriana Elias da, GOMES; Edvânia Torres Aguia. Habitação popular e os processos de periferização e de segregação socioespacial: uma análise sobre o Programa Minha Casa Minha Vida (faixa 1). **Revista Rural & Urbano**, Recife, v. 01, n. 01, 2016.

TESSARI, Leandro Marcos; BRAGA, Roberto. Segregação e periferização urbana em cidades pequenas: o caso de Gavião Peixoto–SP. **Revista Geoambiente On-line**. Jataí, n. 10, 2008.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do espaço sobre o social na metrópole brasileira. In: **VII Encontro Nacional da ANPUR** (1997). Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br> Acesso em: 04 ago. 2017.